

**A LEI 10.639/2003 E A SUA INSERÇÃO NO 8º ANO DO CURRÍCULO DE
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO ACRE**

Márcia Costa Pinheiro ¹

Flávia Rodrigues Lima da Rocha ²

RESUMO

A Lei 10.639/2003 inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, considerando valorizar e contribuir de forma significativa com a questão étnico-racial. É importante mostrar aos alunos e à sociedade que todos têm direitos iguais independente da classe social ou etnia. Este trabalho tem como objetivo estudar a aplicabilidade da lei no currículo de história contribuindo para efetivar e desenvolver propostas pedagógicas em educação das relações étnico-raciais. Profissionais da educação devem conhecer a lei, pois se forem favoráveis para a desigualdade racial no espaço escolar estes devem repensar quanto à sua prática de educador (Brasil, 2005). A metodologia consistiu em análise dos conteúdos e objetivos do Caderno de Orientações Curriculares de História do 8º ano do Estado do Acre e pesquisa bibliográfica para elaboração de sequências didáticas, aplicando a referida lei, que, como vertente na promoção da igualdade racial, deve estar presente no processo de ensino- aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Currículo. Lei nº 10.639/2003.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte do projeto Revisitando o Currículo de História de Educação Básica Através da Lei 10.639/2003, que está inserido no Programa Institucional Voluntariado de Iniciação Científica – Pivic, da Universidade Federal do Acre – Ufac, o qual tem como proposta proporcionar condições para que educadores sejam capazes de inserir a temática da educação das relações étnico-raciais na estrutura do currículo oficial dos estabelecimentos de ensino da Educação Básica do estado do Acre, buscando superar os desafios da aplicação da Lei 10.639/2003 e de implantações de políticas públicas de promoção da igualdade racial nas escolas, bem como fornecer aos professores subsídios

¹ Professora de História da Universidade Federal do Acre. E-mail: marcia.costa66@hotmail.com

² Professora de História da Universidade Federal do Acre. E-mail: flavia_rocha80@hotmail.com

técnicos e teóricos para implementação nas salas de aula das “Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” no Ensino Básico, a partir da Lei 10.639/2003.

Sabe-se que a libertação dos escravizados não apagou as marcas dos vários séculos de humilhação e maus tratos sofridos pelos africanos que foram arrancados de sua terra e trazidos para o Brasil na condição de escravizados. Durante muito tempo eles foram condicionados a esquecerem suas raízes e assimilarem a cultura dos brancos, que consideravam o negro como selvagens, que precisava ser civilizado e ainda deveria mostrar agradecimento por esta civilidade que lhes era concedida pelos brancos.

A abolição não libertou os negros do racismo do qual sempre foram vítimas, começando no Brasil, após a Lei Áurea, o desenvolvimento de uma política de eugenia e, posteriormente, de uma democracia racial, onde racismo passou a ser velado, mas não eliminado dos relacionamentos étnico-raciais, onde os negros continuavam vítimas de preconceitos, sendo estereotipados como violentos, inferiores e incapazes. Como resultado destes preconceitos sofridos os negros sempre se articularam, ao longo dos anos, em grupos para reivindicarem seus direitos.

Com base nestas reivindicações é que o Governo Federal sancionou a lei 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996), e dá obrigatoriedade ao ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira, como parte das políticas públicas de reparação, de valorização e de reconhecimento da cultura africana para a sociedade brasileira, neste contexto a lei vai mais além da obrigatoriedade do ensino das relações étnico-raciais, é uma oportunidade do país se redimir de anos de práticas que inferioriza e humilha o negro, seja na forma de silenciamento, na prática do racismo cordial ou no mito da democracia racial ou mesmo de forma violenta.

Entende-se que a escola foi idealizada para ser um espaço de promoção da cidadania e do respeito à diversidade, por isso a Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) vêm oferecer referenciais e critérios para implantar ações, bem como avaliar estas ações e, se necessário, reformular tais ações educacionais a partir

desta legislação. Assim, para Silva (2007) é importante que a discursão étnico-racial seja feita na escola porque apesar de não ser na escola que nasce o preconceito, é nela que ele é disseminado e é claro que sentimentos e percepções de superioridade e inferioridade, relações de imposição e submissão não se constrói primeiramente nas escolas atingindo de forma violenta os alunos e a comunidade escolar.

Para inserir o ensino das relações étnico-raciais nas escolas, além de subsídios necessários, é preciso também que os professores esqueçam alguns valores que foram adquiridos historicamente, pois em uma educação que inclua esta temática se faz necessário um posicionamento em que as pessoas se respeitem pelo que são esquecendo o conceito de superioridade e inferioridade que foi tão fortemente construído em nossa sociedade desde o Brasil Colônia. Desta forma, para a aplicação da lei é necessário que se crie mecanismos, onde professores e gestores tenham disponibilidade e capacidade de trabalhar temas referentes à diversidade cultural de forma segura e eficaz. Entretanto, o que se percebe são professores despreparados para abordar tais temas em sala de aula e/ou gestores que não veem estas abordagens com a devida importância. Para romper com esta situação se faz necessário que toda a comunidade escolar se una em torno de ações que visem combater a discriminação racial, ensinando aos alunos a respeitar as diferenças.

O objetivo geral deste trabalho é contribuir para o desenvolvimento da promoção da igualdade racial na escola, transmitindo aos alunos a importância de se combater o racismo e respeitar o outro, independentemente de cor ou religião, reforçando a ideia da igualdade e contribuindo para o respeito étnico-racial, ao mesmo tempo em que reforça a valorização de uma identidade negra, reforçando assim a necessidade de que a Lei 10.639/2003 tenha subsídios teórico-metodológicos para ser cumprida de maneira eficiente no enfrentamento ao racismo no ambiente escolar.

Este trabalho teve como objetivo específico identificar no Caderno de Orientação Curricular de História do Estado do Acre, do 8º ano do Ensino Fundamental, objetivos e conteúdos que possam ser utilizados para trabalhar as questões étnico-raciais, criando a partir deles sequências didáticas que possam servir de instrumento para que professores possam trabalhar a diversidade étnica e cultural africana e afro-brasileira; a partir destas sequências

foi elaborado um Caderno Pedagógico com sugestões de aplicação da Lei 10.639/2003 através do ensino de história. Por fim, os resultados deste projeto foram sistematizados em forma de resumo para comunicações orais e exposições de banners, bem como em forma de artigo científico, para divulgação dos conhecimentos adquiridos ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Este trabalho se inicia com um estudo do Referencial Curricular de História do Estado do Acre, para o oitavo ano do Ensino Fundamental (ACRE, 2010), e leitura de referencial teórico que possibilitaram um leque diverso de como compreender a temática, sob orientação da professora Flávia Rodrigues Lima da Rocha, autora do referido projeto do qual faço parte como pesquisadora voluntária (Pivic). Este primeiro momento foi importante para que se pudesse perceber, através dos objetivos e conteúdos, como pode ser inserido o tema referente às relações étnico-raciais, a partir da lei 10.639/2003 no currículo estudado.

Em seguida foram elaboradas sequências didáticas para auxiliar o professor a abordar a temática de história e cultura africana e afro-brasileira na sala de aula. Dentro desta metodologia trabalhada, buscou-se fazer o uso de conteúdos tradicionalmente ensinados, de forma a ressignificá-lo dentro do Ensino de História de modo a visibilizar o papel do negro na construção da sociedade brasileira, ressaltando a participação dos alunos dentro do processo do ensino e aprendizagem, bem como buscando ressignificar de forma positiva a construção das identidades destes alunos.

Como método de divulgação do projeto de pesquisa, foi necessária a participação em eventos, a fim de expor o processo de construção da pesquisa, bem como trocar conhecimento com outros pesquisadores da Universidade Federal do Acre - Ufac. Por fim, foi construído este artigo para expor o produto resultante desse estudo.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através das leituras do referencial teórico trabalhado pôde-se observar como os profissionais da educação estão sendo orientados para o ensino das relações étnico-raciais.

Para Santos (2011) a História do Brasil está intimamente ligada à História da África, porém há pouca pesquisa sobre esse assunto, embora estas pesquisas tenham sido ampliadas com os escritos feitos pelos próprios africanos e que surgiram a partir de um contexto político e uma ampliação de fontes históricas que permitissem a oralidade como documento que caracterize as vivências de um povo, porém os professores ainda têm pouco conhecimento, pois o acesso a estes conteúdos ainda é muito limitado, dificultando a introdução desta temática nas salas de aula, desta forma alguns professores ainda continuam falando da África sempre como vítima dos colonizadores, ressaltando suas guerras, fome e miséria, deixando de falar deste continente como um espaço onde as pessoas vivem de forma regular o seu dia-a-dia, cheio de experiências positivas, como podemos perceber em Santos (2011):

[...] muitos professores não conseguem, em suas aulas, ir além das imagens estereotipadas e homogêneas do continente africano, reproduzindo um senso comum que restringe a África às imagens de guerras, pobreza, fome e doenças. (p. 8)

Apesar da pouca produção sobre a África, o mesmo não se pode dizer de produções que relatam a presença do africano no Brasil, principalmente no período da escravidão, a partir dos anos 1990 começam a surgir produções que falam das lutas dos negros, suas reivindicações, bem como suas atuações na sociedade e têm-se a partir de então um novo enfoque ao período da escravidão. Segundo Santos (2011, p.8) podemos dizer que os estudos sobre a presença africana no Brasil possuem já uma longa trajetória, tendo crescido, significativamente, nessas últimas décadas.

Para Marques (2015),

No processo de formação histórica e social brasileira, os descendentes de africanos influenciaram e participaram de modo incontestável, mas sem o reconhecimento dessa contribuição na constituição de um povo que tem em suas origens raciais e culturais a mistura entre o índio, o negro e o branco. (p.9)

Podemos então observar que a cultura africana foi e é um importante instrumento na formação da sociedade brasileira. Porém, esta contribuição não é reconhecida, por isto a

Lei 10.639/2003 é importante, pois ela convida a uma discursão sobre a importância que a cultura africana teve e continua tendo na construção da sociedade brasileira, bem como as lutas individuais e coletivas do movimento negro, ao mesmo tempo que levanta a questão de como é importante discutir, conscientizar e combater o racismo dentro e fora da escola.

Muitas dessas produções ajudam a compreender a configuração do racismo no Brasil. Desta forma, se percebe que é importante o conhecimento e a consciência do que quer se ensinar, porque dependendo da linha que o professor seguir, ele pode evidenciar alguns aspectos e silenciar outros, tornando a temática superficial e com pouca importância correndo o risco de não alcançar o que a Lei 10.639/2003 propõe, que é ensinar nas escolas a história da África e dos afrodescendentes.

Os profissionais da educação precisam estar comprometidos com questões que valorizem todas as experiências que puderam e podem contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária, por isso é necessário que estes profissionais tenham consciência de questões que historicamente envolvem a diversidade no Brasil, como as ações em prol dos direitos dos negros bem como suas lutas contra o racismo e o preconceito.

Desta forma, pode-se pensar o currículo como ferramenta para o enfrentamento das questões étnico-raciais quando for inserido nele temas que contemplem a luta dos negros no Brasil e sua contribuição para a formação de nossa sociedade bem como alguns conceitos que são pertinentes à temática étnico-racial e discutir no dia a dia as questões de racismo que tanto afeta os negros.

Segundo Silva (2015, p. 3) o currículo escolar deve levar em conta a identidade dos negros, respeitar seu modo de ser e de pensar o mundo, considerar a imensa influência que a cultura africana exerceu sobre o modo de ser do brasileiro. Então podemos pensar que o currículo que contemple as questões étnico-raciais deve levar professores e alunos a desconstruir os valores negativos que aprenderam sobre os negros no passado e reaprender as referidas questões, construindo diariamente o sentimento de respeito à diversidade e promovendo a igualdade.

Neste sentido que foi analisado o Caderno de Orientações Curriculares (COC) de História do Estado do Acre, para o 8º ano, e a partir desta análise, construir sequências didáticas, baseadas neste COC e no livro didático.

Encontramos no COC para o 8º ano o seguinte objetivo: Compreender as influências externas e a natureza dos conflitos que desencadearam o processo de independência das colônias americanas, para o qual se trabalha o tema: A independência do Brasil, onde pode ser inserida na situação de aprendizagem a análise de imagens que pudesse levar os alunos a fazer uma reflexão crítica sobre a situação do negro neste processo e, com pinturas da época, mostrar a condição de escravidão na qual o negro estava inserido, contrariando as imagens que retratam o processo de luta pela independência do país, onde o sujeito negro não é evidenciado.

Em outro objetivo: Contextualizar os desafios sociais, políticos e econômicos enfrentados pela sociedade brasileira na construção de sua identidade nacional, ligado ao conteúdo: Identificação de situações de preconceito étnico, especialmente em relação a indígenas e afrodescendentes, em diversos projetos de construção de uma ideia de nação brasileira, pode-se trabalhar o tema: O período regencial no Brasil, onde pode ser construída uma situação de aprendizagem com a apresentação do documentário: Brasil República: formação do povo brasileiro, para posterior discussão sobre os preconceitos existentes para com a população negra que o documentário aborda.

No objetivo: Identificar e analisar as relações na vida cotidiana que são permeadas por preconceitos étnicos especialmente em relação a indígenas e afrodescendentes, pode-se trabalhar o tema: A religiosidade africana e afro-brasileira com os conteúdos: Identificação de situações de preconceito étnico, religioso, de gênero, culturais e de outras naturezas em contextos históricos específicos, com ênfase no final do século XIX e início do XX; identificação de situações de preconceitos em relação a minorias étnicas no Brasil, especialmente indígenas e afrodescendentes; aprimoramento de atitude de respeito e tolerância em relação a minorias sociais; este trabalho pode ser realizado através da inserção na situação de aprendizagem uma apresentação, através de slides, da contribuição da cultura africana para a formação da sociedade brasileira.

Em síntese, é possível perceber que há uma vasta possibilidade de inserir a lei 10.639/2003 no currículo oficial, muito embora estas possibilidades estejam condicionadas ao saber do educador. Negar a história do negro na formação do povo brasileiro tornou-se fato comum, é preciso então perceber que este precisa ser valorizado e respeitado, tal possibilidade deveria então ser mais explícita e não silenciada dentro do currículo.

Dessa forma, sabe que a Lei 10.639/2003 está posta e, embora reconhecendo que ela seja um avanço nas relações étnico-raciais em nossa sociedade, não podemos deixar de perceber que ela por si só não fará acontecer as renovações nela exigidas. É preciso que os Cadernos de Orientações Curriculares e os livros didáticos sejam direcionados para contemplar tais reivindicações e que professores, gestores e toda a comunidade escolar tenham formação continuada nesta temática e estejam dispostos a trabalhá-la com todas as suas implicações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Educação anti-racista**: abertos pela lei federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

CAMPOS, Paulo Fernando de Souza. O Ensino, a História e a Lei 10.639. **História e Ensino**, Londrina, v. 10, p. 41-52, out. 2004.

MARQUES, Leonardo de Souza; SÁ, Michele Aparecida de; SOUZA, Oziel de. A Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Perspectiva da Lei 10.639/03 e suas respectivas Diretrizes Curriculares. **Revista Formação Docente**, Belo Horizonte, vol. 7, n. 2, p. 5-24, Jul/dez 2015.

SANTOS, Lorene dos. Ensino de História e a Lei 10.639/03: diálogos entre campos de conhecimento, diretrizes curriculares e os desafios da prática. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 12, n. 17, p. 59-92, 2º sem. 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO ACRE. **Orientações Curriculares para o Ensino Fundamental**. Caderno 1 – História. Rio Branco, 2010.



Revista

Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

v. 2, n. 1, (Ago - Jan) 2019

SILVA, Beatriz Gonçalves e Silva Petronilha. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 489-506, set./dez. 2007.

SILVA, Delydia Cristina Cosme. A inserção da cultura afro-brasileira nos currículos escolares. **Revista Eletrônica**. Fundação Educacional São José, Santos Dumont, ed. 3º, p. 1-8, set. 2015.